

Editorial

Reconstruir a unidade

O espaço de um Congresso ganho na luta - resultado da negociação entre estudantes e Reitoria no encerramento da ocupação de 2007 - deveria ser bastante caro a todos, pessoas e entidades. Durante uma semana, com suspensão oficial das aulas de graduação, estudantes, funcionários e professores debateriam acadêmica e politicamente os rumos da USP.

Considerávamos essencial a realização do V Congresso tendo em vista tanto o estado atual da universidade, quanto a reforma do estatuto em andamento no Conselho Universitário (CO).

A Comissão Organizadora do V Congresso era composta por 9 estudantes de graduação, 3 de pós-graduação, 9 funcionários e 9 professores, todos indicados pelas instâncias de suas entidades representativas. Nela foram discutidos e negociados o caráter do evento, as condições para sua efetivação e uma proposta de regimento.

Os representantes dos docentes na Comissão tentaram, por meio de negociações, algumas vezes exaustivas, executar as deliberações das Assembléias Gerais da Adusp, que tinham como base um eixo fundamental: só a atuação conjunta e unitária de professores, estudantes e funcionários técnico-administrativos poderá democratizar a USP, que mantém, exceto por alterações pouco significativas, o Estatuto imposto pela ditadura militar.

Faltando apenas duas semanas para o início do que deveria ser o V Congresso, a Assembléia Geral do Sintusp condicionou sua participação à liberação, pela Reitoria, de todos os funcionários da USP. A partir de então, a Comissão Organizadora não mais contou com os representantes dos funcionários para a realização do intenso trabalho de preparação do evento.

A Assembléia da Adusp de 19/5 reivindicou que a Reitoria se reunisse com o Sintusp, com vistas a negociar a liberação dos funcionários para participar das atividades programadas e, em 20/5, ofício com esse mesmo conteúdo foi enviado à reitora, em nome da Comissão Organizadora. A Assembléia também deliberou que, caso os funcionários decidissem não participar do Congresso, seria encaminhada aos estudantes a proposta de realização do "I Encontro de Professores e Estudantes da USP".

Em reunião realizada entre Reitoria e Sintusp, no dia 21/5, originalmente agendada para negociação de pauta específica (desconhecíamos a existência desta reunião no momento da Assembléia da Adusp em 19/5), a Reitoria reite-



rou sua proposta de remeter a decisão sobre a liberação dos funcionários às diretorias das unidades, com a recomendação de que fossem dispensados os servidores técnico-administrativos delegados e/ou indicados como representantes dos funcionários. Claro que essa atitude da reitoria foi altamente insatisfatória, abrindo a possibilidade de decisões arbitrárias e de adoção de diversos critérios, na liberação de funcionários.

OCASIÃO PERDIDA

Neste momento era fundamental não conceder à administração da USP o poder de decidir se haveria ou não o V Congresso. Afinal, a quem interessaria que um evento de tal envergadura política deixasse de ser realizado? Ao vincular a participação da categoria à liberação de todos os funcionários, enfraqueceu-se, politicamente, a luta conjunta pela democratização da USP, sacrificando uma oportunidade ímpar para organizar o corpo da universidade no embate por uma Estatuante democrática e soberana.

Dada a decisão dos funcionários, a Assembléia Geral dos estudantes, realizada na 2ª feira, 26/5, considerou que o V Congresso, sem a participação dos funcionários, estava inviabilizado. Além disso, em votação dividida, deliberou pela não realização do I Encontro com os professores, aprovando em seu lugar uma "Jornada de Lutas", acompanhada de grupos de discussões temáticas.

Os docentes delegados, reunidos em plenária na 3ª feira, 27/5, no anfiteatro "Camargo Guarnieri", decidiram realizar um Encontro de Professores, aberto à comunidade universitária, com a mesma pauta acordada anteriormente pelas três categorias.

Os debates efetuados pelos docentes de 27 a 30/5 (Calendário ao lado) contaram com a participação de alguns estudantes e funcionários. Tais atividades foram muito produtivas e suas resoluções estão publicadas nas páginas seguintes, constituindo-se numa contribuição para um amplo debate - prospectivo e propositivo - sobre a

Calendário

Plenárias de docentes, abertas a estudantes e funcionários, foram realizadas na sala "Caio Prado" do prédio da História, campus do Butantã, de acordo com o seguinte calendário:

27/5, terça feira

14h00 - Plenária sobre os temas: 1. Ensino, Pesquisa e Extensão; e 2. Financiamento da Universidade.

28/5, quarta feira

9h00 - Plenária sobre os temas: 3. Expansão, Acesso e Permanência Estudantil; e 4. Fundações e outras formas de mercantilização da Universidade.
14h00 - Plenária sobre o tema: 5. Estrutura de Poder na Universidade.

29/5, quinta feira

9h30 - saída de ônibus do prédio da História para participar de Ato Público em frente à reitoria da Unesp (onde ocorreria a segunda reunião de negociação entre o Fórum das Seis e o Cruesp referente à data-base 2008).

14h30 - Plenária sobre o tema: 6. Plano de Luta para a instalação de uma Estatuante democrática e soberana na USP; e avaliação da proposta da Assembléia dos Estudantes (26/5) de realizar em 30/5 "Plenária das 3 categorias para avançar em um Plano de Lutas" (proposta esta que foi aprovada).

30/5, sexta feira

9h00 - Plenária de sistematização das atividades realizadas de 27 a 30 de maio.

14h30 - Plenária no anfiteatro "Camargo Guarnieri", a convite dos estudantes.

universidade pública, em particular a USP.

É imperativo reconstruir a capacidade de ação unitária de professores, estudantes e funcionários técnico-administrativos, de forma a enfrentar - política e organizadamente - o enorme desafio que é transformar a estrutura autoritária vigente na USP.

Continuaremos comprometidos com a consecução desse objetivo, por meio do debate crítico de idéias, de propostas e de condutas políticas.

Ensino, pesquisa e extensão

A Educação Pública e Gratuita é um direito social inalienável e não um serviço ou uma mercadoria, constituindo-se em obrigação do Estado. Defendemos o Ensino crítico e formador, construindo, na sua interação com a Pesquisa e a Extensão, a autonomia do pensar e do fazer, no exercício profissional e na ação social

1. Concebemos a Educação Pública e Gratuita como um direito social inalienável e não como um serviço ou uma mercadoria, constituindo-se em obrigação do Estado;

2. Conceituamos a Pesquisa como atividade intelectual de caráter artesanal, devendo ser valorizada como um instrumento de desenvolvimento soberano – científico, tecnológico, cultural, artístico, social e econômico – do país e que não pode ser submetida a critérios de produção industrial ou de mercado, devendo respeitar as condições específicas das diversas áreas no desenvolvimento do trabalho acadêmico;

3. Defendemos o Ensino crítico e formador, construindo, na sua interação com a Pesquisa e a Extensão, a autonomia do pensar e do fazer, no exercício profissional e na ação social;

4. O Ensino deve ter peso importante no progresso na carreira docente e nos concursos de ingresso. Defendemos a criação de Conselhos de Ensino com presença paritária de professores, funcionários, dos estudantes de graduação, de pós-graduação e da administração da Unidade;

5. Defendemos o reconhecimento do valor do trabalho dos funcionários técnico-adminis-

trativos e da sua importância no processo acadêmico;

6. Propomos haver destinação anual orçamentária específica para a sustentação autônoma da pesquisa na USP, que deve ser administrada por uma Comissão Paritária de estudantes, professores, funcionários e administração universitária;

7. Defendemos que a avaliação do trabalho acadêmico deva ser feita pelos

envolvidos no projeto, de forma crítica e pública. Esse processo deve, para todos os efeitos acadêmicos, ter precedência sobre qualquer procedimento externo ou centralizado de avaliação;

8. Nenhum trabalho de pesquisa realizado na Universidade pode ser submetido a contrato de segredo ou de não divulgação pública;

9. Concebemos a Extensão como uma política institucional, que deve ter origem e destino no Ensino e na Pesquisa, ser baseada na identificação e no acompanhamento de problemas sociais relevantes, e ter seu resultado devolvido gratuitamente à sociedade. Os proje-

tos de trabalho acadêmico originários de propostas de Extensão deverão estar estritamente ligados ao real avanço da pesquisa científica e tecnológica, não devendo submeter-se a interesses de mercado ou envolver trabalho de adaptação tecnológica para a indústria, que deve assumir o investimento neste tipo de atividade. Deve ser estabelecida destinação anual orçamentária específica para execução

dessa política de Extensão, que será administrada por Comissão Paritária de estudantes, professores, funcionários e administração universitária;

10. Defendemos a valorização das Licenciaturas e de seus currículos, enriquecendo-os de forma a proporcionar formação ampla e crítica de profissionais e educadores.



Fotos: Daniel Garcia

Na Plenária de 27/5, votação que aprova a realização do Encontro de Docentes. No destaque, a professora Lisete Arelaro (FE)



Financiamento da Educação

Gratuidade do ensino público em seus diferentes níveis e modalidades, sendo vedada a cobrança de qualquer taxa. Ampliação dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino público em geral, garantindo-se que, em 10 anos, os gastos públicos em educação no Estado de São Paulo atinjam o patamar de 10% do PIB

1. Gratuidade do ensino público em seus diferentes níveis e modalidades, sendo vedada a cobrança de qualquer taxa;

2. Assegurar, a partir da aprovação do Plano Estadual de Educação – Proposta da Sociedade Paulista (PEE-PSP), a aplicação de recursos do Estado, progressivamente crescentes, até atingir 1,2% do PIB Paulista para o Ensino Público e Gratuito de graduação, acrescidos de 1,5% do PIB, divididos entre as instituições que realizam pós-graduação e pesquisa, perfazendo 2,7% no fim de uma década;

3. Ampliação dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino público em geral, garantindo-se que, em 10 anos, os gastos públicos em educação no Estado de São Paulo atinjam o patamar de 10% do PIB, conforme previsto no PEE-PSP;

4. Defesa dos conteúdos do Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira;

5. Lutar por uma Lei Complementar estadual para assegurar o financiamento do Estado para as Universidades Estaduais e para o Centro Paula Souza, como percentual da arrecadação tributária do Estado, incluídas as receitas advindas das transferências de tributos e toda forma de compensação por perda de receita do governo estadual, bem como da dívida ativa, correspondente a, no mínimo, 11,6% do ICMS-QPE para USP, Unesp e Unicamp e 2,1% do ICMS-QPE para o Centro Paula Souza;

6. Lutar pela ampliação, através de Lei Complementar, para no mínimo 33% da receita tributária do Estado — incluídas as receitas advindas das transferências de tributos e toda forma de compensação por perda de receita do governo estadual, bem como da dívida ativa — a vinculação de recursos destinados à Educação Pública e Gratuita em geral;

7. Que os gastos com aposentadoria dos servidores sejam financiados com recursos previdenciários e não com os repasses da receita de impostos para as universidades públicas, garantindo-se a paridade de remuneração entre servidores aposentados e da ativa;

8. Previsão, no orçamento da USP, de recursos específicos destinados a projetos de pesquisa e extensão, sendo sua aplicação definida através de comissões paritárias;

9. Elaboração do orçamento da USP (incluindo recursos repassados pelo Tesouro e receita própria da Universidade) de forma participativa e paritária;

10. Garantia de transparência na execução orçamentária da USP, com a disponibilização, no sítio da universidade, em tempo real, de todas as despesas efetuadas e garantia de acompanhamento, fiscalização e controle social da utilização dos recursos por meio de um conselho paritário constituído por professores, estudantes, funcionários e administração da universidade;

11. Criar formas de articular e mobilizar os diversos setores da Educação Pública Estadual para obter avanços significativos em defesa desse direito social inalienável;

12. Utilizar a competência técnica e a produção intelectual do movimento de docentes, estudantes e funcionários para esclarecer a população acerca do real estado da Educação Pública, de forma a enfrentar a desinformação ideológica propalada pelos governos estadual e federal em relação às políticas públicas para a educação.



Professora Primavera Borelli (FCF)

Expansão, acesso e permanência estudantil

Lutar pela democratização do acesso e pela ampliação de vagas em cursos presenciais na USP, com a correspondente ampliação de recursos orçamentários para garantir boa qualidade de suas atividades acadêmicas e de permanência estudantil

1. Entendemos que uma política concreta e efetiva de permanência estudantil é direito dos estudantes, exigindo destinação orçamentária específica de modo a atender toda a demanda qualificada por moradia, alimentação, transporte, acesso a bibliotecas e para garantir a participação ativa dos estudantes na vida acadêmica;

2. Lutar pela democratização do acesso e pela ampliação de vagas em cursos presenciais na universidade pública, em particular na USP, com a correspondente ampliação de recursos orçamentários para garantir boa qualidade de suas atividades acadêmicas e de permanência estudantil. Essa luta deve estar associada à adoção de políticas afirmativas que garantam, em todos os cursos, uma participação mais representativa das escolas públicas, bem como do perfil de renda e étnico-racial dos diferentes segmentos que compõem a população brasileira;

3. Que a USP reassuma o controle sobre o processo de seleção de estudantes para o ingresso em seus cursos, hoje nas



Participação dos estudantes no processo congressual

mãos da Fuvest, por meio de comissão paritária, considerando, em particular, seu impacto sobre a qualidade da Educação Básica;

4. Contra alternativas do tipo “bolsa trabalho”;

5. Contra a política de utilizar o ensino à distância para forma-

ção inicial de nível superior;

6. Lutar para que haja empenho institucional da USP na defesa da melhoria imediata das condições de ensino, trabalho, infraestrutura e salário do Ensino Público na Educação Básica;

7. A Plenária considerou ainda

que as seguintes propostas necessitam de discussão mais aprofundada por parte das três categorias:

a) Cotas de 50% na USP para alunos egressos de escolas públicas;

b) Introdução da obrigatoriedade do Ensino Médio, como é hoje o caso do Ensino Fundamental.

Fundações e outras formas de mercantilização da Universidade

Será vedada a delegação de atividades-fins da universidade a entidades privadas, em particular a fundações ditas “de apoio”. Todos os cursos sob responsabilidade da USP serão oferecidos gratuitamente aos participantes

1. A realização de convênios entre a universidade pública e entidades do setor privado deve estar estritamente ligada ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, sendo estabelecidos por prazo determinado e submetidos a rigorosa fiscalização;

2. Será vedada a delegação de qualquer parte das atividades-fins da universidade a entidades privadas, em particular a fundações ditas “de apoio”;

3. Todos os cursos sob responsabilidade da universidade pública serão oferecidos gratuitamente aos participantes;

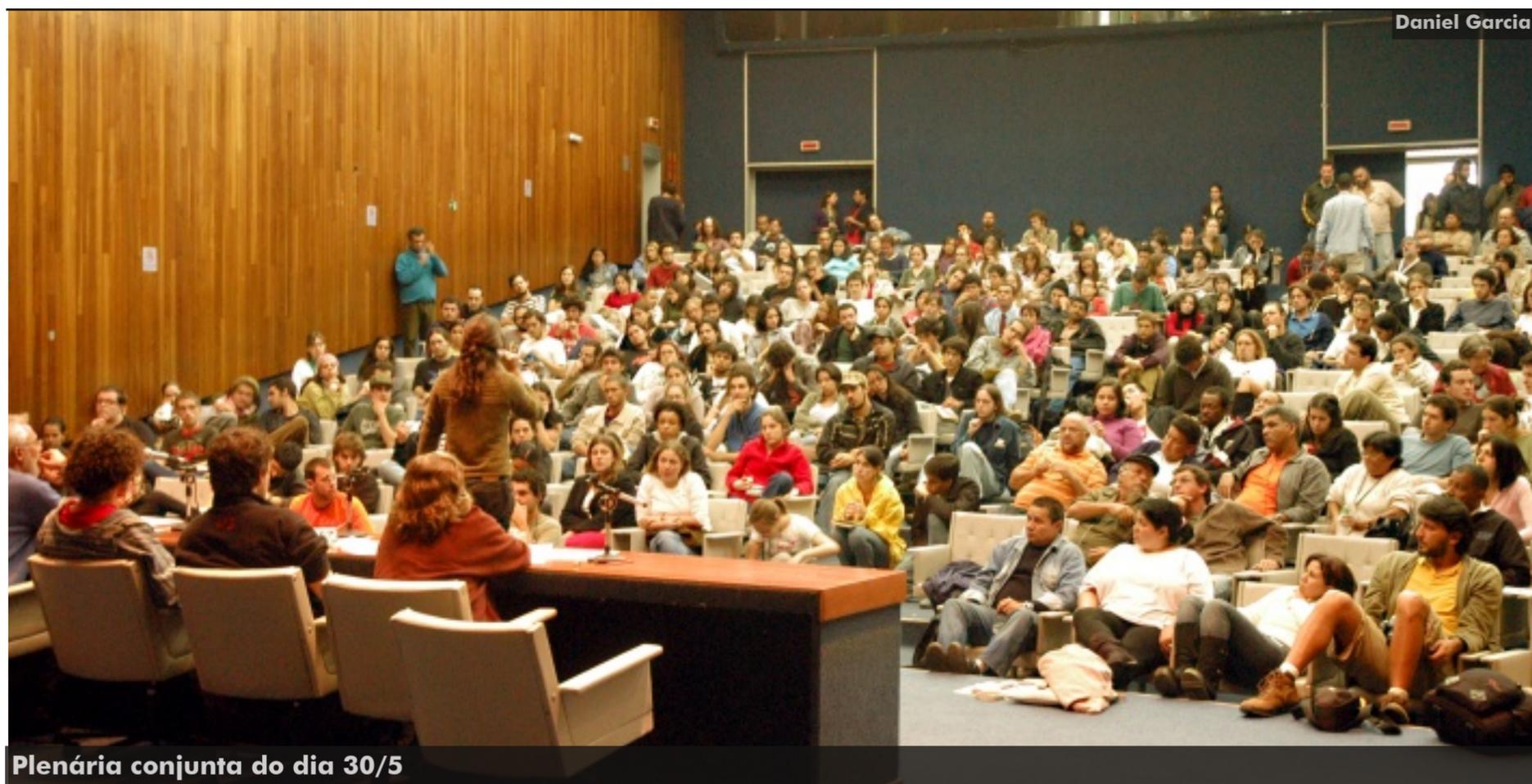
4. Será vedado o estabelecimento de convênios entre a USP e qualquer fundação privada que tenha em sua administração ou conselho curador docentes em RDIDP, membros da administração da universidade ou de seu Conselho Universitário;

5. Todas as atividades acadêmicas desenvolvidas pelos docentes em RDIDP devem constar de seu plano de trabalho no Departamento e/ou Unidade, fazendo parte de suas tarefas na universidade, não devendo resultar em qualquer tipo de remuneração adicional;

6. Defendemos a supressão da chamada “flexibilização do RDIDP” do Estatuto da USP;

7. Incentivar e valorizar os cursos de graduação e pós-graduação em Administração Pública e Política Orçamentária do Estado;

8. Capacitação técnica do pessoal da universidade com vistas a agilizar a aplicação dos recursos orçamentários, sem abrir mão dos mecanismos de controle legal e social na utilização dos recursos.



Daniel Garcia

Plenária conjunta do dia 30/5

Estrutura de poder

A Universidade deve fundar-se em organismos democráticos e deverá estar atenta às necessidades e aos anseios da maioria da população, contribuindo para a correção da imensa injustiça social que tem caracterizado a sociedade brasileira

A- CONCEPÇÃO DE UNIVERSIDADE

Concebemos a Universidade Pública como uma das instâncias onde deve se dar, de forma integrada, a capacitação para o trabalho e a reflexão crítica sobre a sociedade na qual está inserida, assim como a produção do conhecimento, o desenvolvimento e a democratização do saber crí-

prioridades em que serão contemplados os problemas nacionais de relevância. Deverá ser autônoma em relação ao Estado e aos governos, pautando-se pela liberdade de pensamento e transformação, sendo vedada toda e qualquer forma de censura ou discriminações de natureza filossófica, religiosa, ideológica, política, étnica ou sexual. Sua ma-



Plenária de 28/5 na sala "Caio Prado", da História

A representação de professores, alunos e funcionários deve assegurar a necessária democratização regimental, no sentido de permitir que, efetivamente, as deliberações advenham do debate amplo de idéias e que propostas e encaminhamentos sejam executados. Neste sentido, os cargos executivos devem ter um caráter coordenador

tico em todas as áreas da atividade humana. São funções básicas da Universidade o ensino, a pesquisa e a extensão à comunidade, desenvolvidas de forma articulada e interdisciplinar. Deverá estar atenta às necessidades e aos anseios da maioria da população, contribuindo para a correção da imensa injustiça social que tem caracterizado a sociedade brasileira. Deverá orientar-se por um plano periódico de

nutenção e ampliação são responsabilidades do Estado e sua organização e seu funcionamento devem garantir que:

1. seja gratuita, autônoma no nível administrativo, acadêmico, pedagógico, científico e no gerenciamento de insumos e recursos;
2. seja pública, democrática e transparente em seu modo de

funcionamento, nas suas deliberações, na destinação da sua produção e no seu acesso;

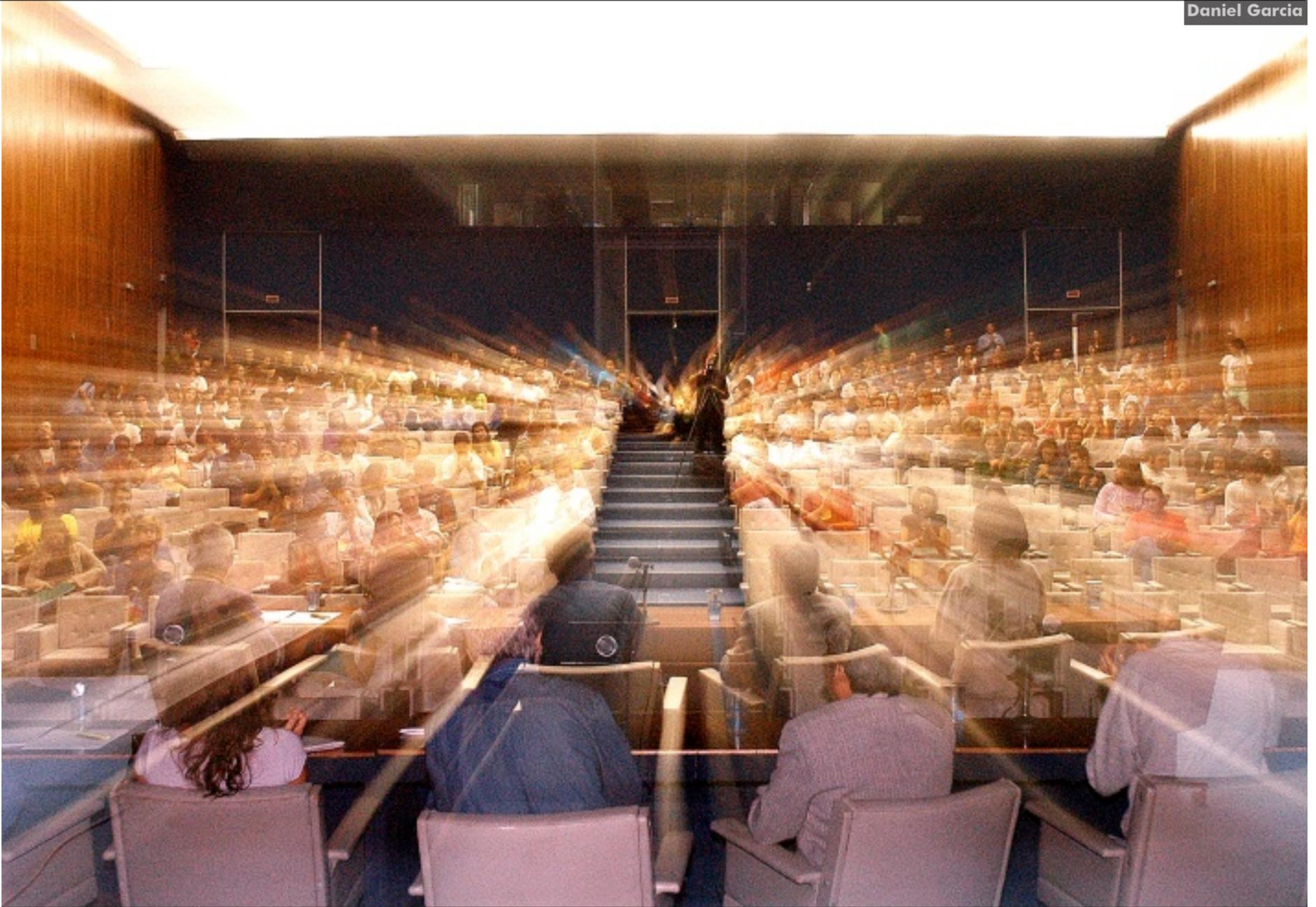
3. sua administração seja fundada em organismos democráticos, com participação de professores, estudantes e funcionários;

4. se mantenha a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

5. se propicie a integração e sistematização de conhecimentos e experiências, evitando o fracionamento e desarticulação do trabalho funcional, acadêmico e científico e promovendo a interdisciplinaridade. Neste sentido, deve estabelecer a associação dos profissionais em uma mesma área de saber em Departamentos pluridisciplinares, entendidos como unidade mínima

de divisão administrativa, definidos em bases puramente acadêmicas e científicas. É nesta instância que se devem tomar as decisões fundamentais de natureza acadêmica e científica, elaborando-se políticas de desenvolvimento e avaliação que propiciem a produção do saber, o aprimoramento do ensino, o estímulo à reflexão crítica e à extensão;

6. se prestem serviços à sociedade sem substituir o Estado em suas responsabilidades, estando tais serviços voltados prioritariamente para os setores públicos essenciais, para os cursos de atualização dos profissionais das diferentes áreas e para solucionar problemas e atender às necessidades da maioria da população. A extensão de serviços deve estar intrinsecamente ligada ao en-



Aspecto da abertura dos trabalhos do então V Congresso, em 26/5, no Anfiteatro "Camargo Guarnieri"

sino e à pesquisa realizados na Universidade, de forma a refluir para eles;

7. As carreiras docente e funcional devem ter uma estrutura simples, com ascensão determinada por critérios claros e amplamente debatidos. Em relação à carreira funcional, deve-se propiciar o acesso dos funcionários ao conhecimento produzido e trabalhado pela Universidade. O Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) deverá ser o regime primordial de trabalho na Universidade, proporcionando condições para o pleno atendimento de seus objetivos;

8. Seja mantido um sistema de Avaliação Institucional de Ensino, Pesquisa e Extensão entendida como retrospectiva crítica contextualizada no social e nas condições concretas em que se dá o trabalho acadêmico e funcional, tendo por objetivo a melhoria da quali-

dade, referenciada em processos e não apenas em produtos, que garanta a participação da comunidade universitária em sua elaboração e implementação;

9. A representação de professores, estudantes e funcionários deve ser efetiva, assegurando:

a) a necessária democratização regimental, no sentido de permitir que, efetivamente, as deliberações advenham do debate amplo de idéias e que propostas e encaminhamentos sejam executados. Neste sentido, os cargos executivos devem ter um caráter coordenador e voltar-se para a viabilização das deliberações e encaminhamentos;

b) uma estrutura deliberativa da Universidade que tenha representatividade e flexibilidade para que, a partir de sua implementação, se possa desenvolver o aprofundamento do processo de organização do trabalho de ensino, pesquisa e extensão, levando em conta a diversidade e

as especificidades dos diversos ramos do saber;

c) participação ampla dos diversos segmentos na definição de seus rumos e políticas acadêmicas e científicas, mantendo a possibilidade da existência de organismos democráticos de administração e deliberação cotidiana;

d) eleição direta para todos os cargos executivos e de representação, com a participação dos docentes, discentes e funcionários;

10. Se delibere sobre as prioridades orçamentárias, assim como se controle e fiscalize a utilização de todas as verbas e rendas, seja qual for a sua origem, a partir de organismos de deliberações acadêmica e científica da Universidade, em todos os níveis. Esta administração deverá se adequar a critérios mínimos de transparência, compatíveis com o gerenciamento de instituições públicas;

B- ELEIÇÃO DE DIRIGENTES

1. Eliminar a limitação de que apenas os professores titulares possam concorrer aos postos de direção nos Colegiados, desde Chefia de Departamento até a Reitoria. Considera-se que as competências para estes postos são muito mais políticas do que acadêmicas, de sorte que um professor doutor, por exemplo, pode perfeitamente ter o perfil necessário para o exercício dessas funções.

2. No caso da Reitoria e de diretores de unidade, os processos de escolha devem ser concluídos no respectivo âmbito, sem a existência de lista tríplice a ser enviada ao governador do Estado ou à Reitoria.

C- RELAÇÕES DE TRABALHO

1. Contra a terceirização em qualquer área de trabalho na universidade.

Plano de lutas

Recompor a unidade dos três setores da universidade na ação e realizar plebiscito sobre a Estatuinte no segundo semestre. Centrar a luta na construção da Estatuinte democrática e soberana



Fotos: Daniel Garcia

Aspectos das Plenárias de docentes realizadas no dia 28/5, na História

1. Recomposição da unidade dos três setores da universidade na ação. Proposta:

1º passo: reunir CDB do Sintusp, CR da Adusp e CCA do DCE e respectivas diretorias;

2º passo: assembléias de suas respectivas categorias.

2. Lutar para que as audiências propostas pela Comissão do CO, encarregada da reforma do Estatuto, sejam transformadas em audiências públicas, com a presença das congregações; levar esta proposta à Reitora.

3. Retomar a luta por eleição direta para todos os cargos executivos e representantes de congregações ou unidades junto ao CO;

4. Nos debates, eleições ou consultas para chefias, diretorias e representantes docentes, discentes e de funcionários, levar a questão da Estatuinte e da necessidade de mudar o Estatuto por um processo não endógeno ao CO;

5. Realizar, no início do 2º semestre, Plebiscito com a seguinte cédula (idéia preliminar):

A próxima reforma/elaboração do Estatuto será feita por:

Atual CO

Estatuinte, com a seguinte composição:

a) ...

b) ...

6. Centrar a luta, sem perder de vista outras pautas importantes, na construção da Estatuinte democrática e soberana, e do envolvimento do corpo da universidade com esta proposta;

7. Lutar para que as reuniões de Congregações e Conselhos de Departamento que discutem propostas de mudança de Estatuto sejam abertas;

8. Debater e propor formas de aumentar a inserção da Adusp, ampliando o diálogo entre a entidade e os docentes da USP;

9. Divulgar amplamente o resultado dos debates realizados na semana prevista para o V Congresso.



Daniel Garcia

Estudantes na Plenária conjunta de 30/5